

**Lorenzo Macagno (UFPR)** *Kupilikula. O poder e o invisível em Mueda, Moçambique* é uma instigante etnografia sobre acusações de feitiçaria no norte do Moçambique contemporâneo. Publicado originalmente em inglês, em 2005, o livro está agora disponível para o público lusófono graças a uma impecável tradução e edição da Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O autor – antropólogo da *School of Oriental and African Studies* da Universidade de Londres – iniciou seu trabalho de campo em 1993, com vários e prolongados retornos até 2004. A data não é um simples acaso. Em 1994 Moçambique realizava suas primeiras eleições multipartidárias depois de finda uma longa guerra civil iniciada em 1976, um ano após a independência.

Desde a sua independência, Moçambique é governado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que em pouco tempo deixou de ser uma “frente de libertação” para se transformar num partido político. A guerra civil – ou “guerra de desestabilização” tal como é, por alguns, denominada – culminou com os acordos de paz entre FRELIMO e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) acontecidos em 1992. A RENAMO surgiu em 1976 com apoio da Rodésia (atual Zimbábue), governada, naquela ocasião, por uma minoria branca. Mais tarde, quando Zimbábue obtém a independência em 1980, a RENAMO começa a ser apoiada pelo regime sul-africano do *apartheid*.

Harry West inicia sua pesquisa de campo no norte de Moçambique – na província de Cabo Delgado – mais especificamente no Planalto de Mueda, quando o país se encontrava em pleno processo de pacificação e “democratização”. A região, habitada na sua maioria por sociedades matrilineares pertencentes ao grupo étnico *maconde*, já foi objeto de trabalhos etnográficos nos anos 50: o antropólogo português Jorge Dias e sua esposa alemã Margot Schmidt Dias realizaram, no Planalto, uma das etnografias mais completas do grupo. Contudo, nessa época, Jorge e Margot Dias estavam mais interessados na ‘cultura material’ do que nas mudanças

foi, alguns anos depois, palco de um dos massacres – cometido pelas autoridades portuguesas – mais conhecidos e polêmicos da história de Moçambique. Harry West chegou a conhecer, neste lugar, alguns dos informantes de Jorge e Margot Dias, bem como um dos sobreviventes do referido massacre.

O livro procura entender as ambivalências em torno das acusações de prática de feitiçaria entre os habitantes daquela região. Entre o final dos anos de 1990 e início de 2000, os meios de comunicação moçambicanos começaram a reportar alguns conflitos lá ocorridos que, muitas vezes, desembocaram em linchamentos de indivíduos acusados de praticarem feitiçaria. Segundo os acusadores, os supostos feiticeiros atuavam da seguinte maneira: ou se transformavam em leões para empreender suas ações, ou “construíam” leões para atacar seus inimigos. O próprio Harry West nos relembra que, nos anos de 1950, Jorge e Margot Dias já tinham ouvido, entre seus informantes, relatos nos quais os *maconde* se referiam “...a leões fabricados por feiticeiros que só podiam ser distinguidos dos normais por alguns especialistas possuidores de substâncias mágicas e do saber necessário para detectar e vencer essas feras” (p. 20-21).

Entretanto, no Moçambique “multipartidário” e “democrático” da década de 1990, essas acusações e suas consequências assumiram outras linguagens e significados. O livro de Harry West constitui, precisamente, um esforço etnográfico e interpretativo para entender os dilemas e ambiguidades envolvidos no “fazer” e “desfazer” a feitiçaria, ou seja, o processo de *Kupilikula* entre os *maconde* do Moçambique atual.

Convém lembrar que, até pelo menos o início dos anos de 1990, era quase impossível falar publicamente de feitiçaria bem como de outras práticas consideradas, pelos porta-vozes de FRELIMO, como “obscurantistas” e “reacionárias”. Em 1977, a FRELIMO aderiu aos princípios “marxistas-leninistas”. Neste ínterim, o Partido-Estado iniciou uma luta ideológica para banir as manifestações de “tribalismo”, “colonialismo”, “feudalismo”, “obscurantismo”, tal como rezavam os discursos das suas lideranças. Nesse momento, os chamados chefes tradicionais das aldeias do interior do país foram substituídos por mandatários vinculados ao partido FRELIMO. Os representantes locais do partido deviam extirpar um conjunto de práticas, tais como o culto aos antepassados, a medicina tradicional, os ritos de iniciação, a poligamia e os discursos acerca das acusações de feitiçaria. Contudo, estas campanhas “modernizadoras” começaram a perder sua força quando a queda do chamado ‘bloco soviético’ – do qual Moçambique dependia – e as novas circunstâncias regionais e internacionais obrigaram Moçambique a aderir às políticas do Banco Mundial e do FMI. A Constituição do país foi reformada e se iniciou uma nova etapa, na qual a “modernidade” moçambicana devia dialogar com a “tradição”. Portanto, nos anos 1990, as acusações de prática de feitiçaria que se davam no Planalto de Mueda se desenvolveram num peculiar momento de mudanças sociopolíticas locais e nacionais.

O livro – composto de quarenta breves capítulos – divide-se em três grandes partes. A primeira descreve o “funcionamento do poder”, tal como os habitantes de Mueda – entrevistados pelo autor – o concebem. Esse “poder” é entendido a partir da linguagem da feitiçaria (*uwavi*). Harry West ressalta que no início do século XX, antes dos portugueses conquistarem a região, os habitantes do Planalto viviam em povoações de caráter matrilinear, cujos assuntos eram administrados por “chefes de povoação” (*vanag’olo vene kaja*). Os anciãos de Mueda relatam a

existência, no passado “pré-colonial”, de “indivíduos poderosos” que, na posse de substâncias mágicas (*mitela*), e sabendo como usá-las, conseguiam aceder a um reino invisível onde não só desenvolviam perspectivas extraordinárias sobre o “reino visível” que tinham deixado para trás, com obtinham da sua visão extraordinária a capacidade de alterar o mundo. Afirmava-se que alguns utilizavam esse poder para satisfazer apetites insaciáveis, alimentando-se do bem-estar de rivais. Em épocas de crise, as pessoas vulneráveis recorriam a especialistas – adivinhos e curandeiros (*nkulaula*) – esperando e confiando que estes fossem igualmente capazes de penetrar no reino invisível: “Enquanto os feiticeiros destruidores escapavam aos limites do mundo conhecido pelas pessoas comuns, pensava-se que os especialistas a quem estas recorriam conseguiam ir ainda mais longe do que aqueles predadores. Tais (contra) feiticeiros invertiam ou anulavam as ações invisíveis dos seus antecessores e, dessa forma, refaziam o mundo” (p. 61). Segundo as pessoas entrevistadas por Harry West, esta manobra “transcendente”, denominada *Kupilikula*, definia o poder, tanto no passado como no presente.

Na segunda parte do livro o autor mostra como a própria *uwavi* (feitiçaria) foi transformada pelo embate entre essas populações e as instituições, as práticas e as idéias exógenas (dentre elas, a presença da igreja católica). Ironicamente, quando essas dinâmicas externas começaram a intervir, os habitantes do Planalto de Mueda acabaram por incorporar/interpretar essas intervenções em termos de “novas formas de *uwavi*”. Um exemplo desta ressignificação se evidencia nos processos de angariação de força de trabalho a serviço das companhias extrativistas, durante o período colonial. Nessa altura a administração portuguesa e as companhias concessionárias acabaram afastando os jovens dos seus “chefes de povoação” (os anciãos), ao empurrá-los para a economia assalariada (muitas vezes do outro lado da fronteira, na Tanganica, atual Tanzânia) enfraquecendo, assim, sua dependência das redes familiares. Foi quando os habitantes do planalto começaram a acusar os jovens trabalhadores migrantes, que regressavam à suas casas com objetos nunca antes vistos, de praticar feitiçaria para alimentar a si próprios. Por sua vez, esses jovens retornados “suspeitavam que os seus conterrâneos recorriam à feitiçaria para os consumir ou destruir” (p. 144). Já nas vésperas da independência, os habitantes do Planalto começaram a perceber que o “poder” da FRELIMO poderia ser uma boa maneira de se liberar do julgo português. Assim, devido precisamente à iminência desse novo poder, acreditavam que os líderes da FRELIMO eram “feiticeiros de construção”. Mas essa percepção muda quando, no período de economia de mercado, a população começa a interpretar os crescentes privilégios dessa pequena elite governante em termos de “feitiçaria predatória”.

Na terceira parte, Harry West analisa a forma na qual a linguagem da *uwavi* (feitiçaria) dialoga, no Planalto de Mueda, com os conflitos derivados da pós-guerra civil e da nova economia de mercado. Trata-se, sem dúvidas, de um momento sociopolítico diferente. Agora, os novos agentes da modernização devem apelar ao reconhecimento das “tradições”, à revalorização da medicina tradicional e ao papel dos chamados “chefes tradicionais” (os *vahumu* e os *vanang’olo vene kaja*) que, durante o período socialista, foram relegados ao ostracismo. Este contexto provocou novos desafios e mal-estares. Os habitantes do Planalto, diz o autor, têm “...vivido o ‘desenvolvimento’ neoliberal com profunda ambivalência, ansiando pelos objetos ‘modernos’ que apareceram no seu meio e sentido, simultaneamente, que eles continuam a estar fora do seu alcance” (p. 284). Agora, a inveja (*uwivu*) e a frustração

provocam novas ressignificações no seio da linguagem da *uwavi*. A partir daí, o imbróglio frente ao qual o autor nos coloca é, na verdade, o próprio drama que envolve o “círculo vicioso” da feitiçaria, onde acusadores e acusados intercambiam, constantemente, seus papéis e onde aquele que se nega a praticar a “contra-feitiçaria” poderá, simultaneamente, ser acusado de feiticeiro. Afinal, como o próprio Harry West afirma num diálogo com um dos seus assistentes de pesquisa, “a linha entre defenderes-te a ti e ameaçares alguém – entre a coragem e a provocação – é muito tênue” (p. 34-35).

Mas existe, também, um outro dilema igualmente premente: o dos administradores políticos locais que são compelidos, pelos habitantes do Planalto, a atuar e intervir não apenas nos conflitos de poder que emergem do mundo “visível”, mas naqueles que emergem do mundo “invisível”. A resposta mais frequente – e previsível – destes agentes do Estado consiste em explicar tais tensões em termos de conflitos entre famílias de diferentes matrilineagens: “...É claro que as pessoas não conseguem fazer leões e mandá-los atacar outras pessoas” diz um desses administradores; “Estas coisas são resultado de querelas entre famílias. As tensões levam a acusações de feitiçaria...” (p. 26). O problema é que os habitantes do Planalto de Mueda não precisam de explicações, mas de intervenções que minimizem o sofrimento e os assassinatos. Os anciãos e chefes de povoações exigem dos representantes do Estado – vinculados ao partido FRELIMO – que intervenham em tais conflitos. Ou seja, na visão dos habitantes do Planalto, tais representantes deveriam aplicar uma “feitiçaria de construção” (*uwavi wa kudenga*). O que aconteceria, pois, se esses representantes do “socialismo científico” se opusessem a governar, também, sobre assuntos do mundo “invisível”? Pois bem, dentro da cosmologia da suspeita descrita por Harry West, não haveria meio termo: quem não é feiticeiro de “construção” é feiticeiro de “destruição”.

Agora, talvez, aquele objetivo inicial que o autor anuncia – contribuir para os debates sobre “a cultura, o poder e a governação na África” – não se prefigure tão pretensioso e inatingível como o leitor, saudavelmente desconfiado, poderia imaginar. No Moçambique “pós-socialista”, o imperativo consiste em trazer a “modernidade” às comunidades locais e, ao mesmo tempo, reconhecer e promover a “tradição”. De todas as formas, a esta altura convém colocar a seguinte questão: como é possível consumar este imperativo desenvolvimentista – e “politicamente correto” – em um contexto cosmológico de suspeitas e acusações recíprocas? “Nós não queremos desenvolvimento aqui!”, clamava um dos interlocutores *maconde* de Harry West. Mas essa negativa antidesenvolvimentista não deve ser entendida como uma simples tentativa de impedir a desestruturação do modo de vida “tradicional”, ou coisa parecida. Neste caso, a reação contra a ameaça da “modernidade” responde a uma constatação de outra ordem, cujo pano de fundo consiste em perceber que os “bens materiais” podem trazer um outro tipo de sofrimento. Dito de outra forma, no Moçambique da “economia de mercado”, essas investidas desenvolvimentistas criam novos universos de significado que, por sua vez, alimentam o círculo vicioso da “ambição(*shojo*)/inveja(*uwivu*)”. Cabe evocar, a título de exemplo, a fala do jovem carpinteiro entrevistado por Harry West que se lamentava de ter construído um pequeno banheiro do lado da sua morada: “Os feiticeiros entupiram os canos com braços, pernas e crânios de crianças, para que a água não corra. Consegues imaginar isso?!? Só para impedir os outros de terem uma vida melhor”! (p. 354). Como poderão então se situar, diante desta cosmologia da suspeita, os formuladores

de “políticas públicas”? Eis um paradoxo cuja resposta o autor não nos fornece, colocando-nos, em troca, diante de um desafio iniludível e, ao mesmo tempo, perturbador: “...Neste ambiente de intensa suspeita mútua, tudo o que pudesse ser feito por alguém era desfeito (*Kupilikula*) no próprio momento da sua realização, impossibilitando não só o progresso dos ‘ambiciosos’, mas também a manutenção do decrescente bem comum de que todos os habitantes dependiam, independentemente da sua ambição...” (p. 354).

No seu percurso pelas inúmeras aldeias do Planalto de Mueda, o autor contou com a colaboração de três assistentes de pesquisa (Marcos Agostinho Mandumbwe, Eusébio Tissa Kairo e Felista Elias Mkaima). Estes jovens habitantes do Planalto, em virtude das suas respectivas funções em órgãos locais, ajudaram o autor a “traduzir” etnograficamente a linguagem da *uwavi* às suas múltiplas significações. Convém lembrar, contudo, que o objetivo de Harry West não é, simplesmente, o de traduzir a “linguagem da feitiçaria” para públicos não africanos. Segundo algumas proposições sobre a “linguagem de poder” formuladas pelo historiador camaronês Achille Mbembe, o autor nos insta a nos aproximarmos, através dessas linguagens, das “realidades” africanas, às quais, por sua vez, tais linguagens estão vinculadas. Para tanto, Harry West – buscando inspiração nas contribuições em torno à obra de Bakhtin e Voloshinov – entende a linguagem da feitiçaria como um “gênero discursivo”. Considerar a *uwavi* como um “gênero discursivo” implica em aceitar o fato de que uma “língua” exige que se imaginem as fronteiras discursivas como estáveis, e que se presuma a existência de um “nós” em relação a um “outro”. Ora, para abordar eficazmente esse problema, o autor toma algumas decisões estilísticas e de abordagem: a “forma” – a escrita – deste livro está indissoluvelmente ligada ao seu “conteúdo”.

O autor apresenta sua narrativa etnográfica através de pequenos capítulos que, por sua vez, ilustram diferentes “encontros etnográficos” plenos de significação e densidade. É possível, adverte Harry West, “...aprender gêneros discursivos como o da *uwavi* através de um empenho dialógico” (p. 42). Por tal motivo o autor – na sua qualidade de “ator” – é, também, parte integrante do micro-universo que se propõe descrever. Contudo, essa entrada na cena etnográfica é o preço que o autor paga para trazer à sua narrativa inúmeras e fundamentais “vozes”: curandeiros (*nkaulaula*), chefes tradicionais (*vahumu*), chefes de povoação (*vanang’olo vene kaja*), especialistas em substâncias mágicas (*muntela*), administradores locais ligados ao partido FRELIMO e, também, a voz dos seus próprios colaboradores de pesquisa.

*Kupilikula. O poder e o Invisível em Mueda*, Moçambique constitui um exemplo bem-sucedido de como pequenas notas de campo podem se transformar numa etnografia densa e reflexiva. Uma escrita clara e concisa nos conduz, ao longo da narrativa etnográfica, a problemas complexos e desafiadores. Ao mesmo tempo, o autor, com uma honestidade ainda pouco comum na nossa disciplina, fornece-nos a possibilidade de acessarmos – de que possamos, por assim dizer, visualizar – o próprio processo de construção dos dados etnográficos. Ao longo da leitura e quase sem que percebamos, as preocupações – e obsessões – dos próprios habitantes de Mueda acabam se transformando, para o analista, em autênticos problemas antropológicos.

Cabe aqui um comentário final sobre o uso que o autor faz, ao longo do texto, das imagens fotográficas. Cada capítulo está acompanhado de uma imagem que é, na verdade, o resultado de um “encontro etnográfico”

bem-sucedido. Possivelmente, a sutileza com a qual o autor entra no texto seja análoga ao papel que, nesta obra, têm as imagens fotográficas. Em todos os casos, a imagem não constitui o simples resultado de uma ação “externa” – a da câmera e a do seu operador – em relação a um alvo mais ou menos passivo. Essas imagens, ao contrário, assumem a forma de uma autêntica continuidade metonímica – uma outra *inscrição* no texto etnográfico – que se encaixa, quase que naturalmente, no corpo da obra. Portanto, as fotografias não se limitam, simplesmente, a “ilustrar” o texto, mas, a completá-lo: trata-se, no final das contas, dos rostos e dos gestos com os quais o autor conviveu ao longo de vários anos de trabalho de campo.

Finalmente, este livro incorpora criticamente um conjunto de etnografias – “clássicas” e contemporâneas – sobre feitiçaria e “poder”. O autor estabelece com elas um diálogo teórico que nos convida a pensar comparativamente. Através desse diálogo – e do itinerário etnográfico pelo qual o próprio Harry West nos conduz – podemos reconhecer aquilo que no Planalto de Mueda é singular e irredutível. Mas essa preocupação comparativa também nos ajuda a vislumbrar a tenacidade e a persistência de ao menos dois problemas presentes em outros contextos etnográficos, onde acusadores e acusados participam da “linguagem da feitiçaria”: 1) a iminente ambiguidade e instabilidade da fronteira que separa “amigos” de “inimigos”; 2) a irremediável e fatal relação que une o mundo “visível” ao mundo “invisível”. Por tais motivos, este livro, escrito com uma sensibilidade antropológica ímpar – e para além das análises meramente estado-cêntricas, ou seja, pautadas numa confiança excessiva e quase *naïf* na “razão instrumental” – convida-nos a pensar, com novas ferramentas, os dilemas da relação, sempre complexa, entre o “poder” e a “boa governação” na África contemporânea.